



doi: 10.20396/rfe.v12i3.8662104

A atuação do Profissional de Educação Física e as novas dinâmicas das atividades físicas escolares e extraescolares: lições do tempo da pandemia.

Cesar Adriano R. Nunes¹

Resumo:

Este estudo analisa a conjuntura da disseminação da COVID 19, os impactos na prática profissional do professor de Educação Física, no transcorrer do ano de 2020, com a impossibilidade ou a redução de atuação em espaços fechados e de convivência como academias e meios coletivos, e a urgente necessidade de assimilar novos protocolos de saúde pública na oferta de qualidade de vida, de promoção de bem-estar e de práticas de Educação e de Desenvolvimento de Atividades Físicas sistematizadas. Estuda as possibilidades de compreensão da atuação do Profissional de Educação Física na sociedade atual, de acentuada globalização econômica e cultural. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfico-histórica, com uma interpretação crítico-dialética que aponta possíveis superações e algumas lições nos tempos da pandemia para o Profissional de Educação Física. Os resultados da investigação destacam que a atual concepção de profissional de educação física não oferece possibilidades de superação das causalidades sociais da pandemia e do reducionismo da intervenção deste profissional.

Palavras-Chave: Educação, Educação Física, Formação, COVID 19.

Abstract:

¹ Bacharel em Educação Física pelo Centro Universitário Anhanguera (2012). Licenciado em Educação Física pelo Centro Universitário Anhanguera (2014). Especialista em Gestão Esportiva pelo Centro Universitário Claretiano (2013). Mestre em Educação, na área de Psicologia e Educação na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2019), Coordenador de Esportes no Colégio Dom Inácio de Educação Básica (Guaxupé-MG) e Professor no Curso de Educação Física do Centro Universitário Padre Anchieta (Jundiá-SP) e no Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG).

The performance of the Physical Education Professional and the new dynamics of school and extra-school physical activities: Abstract lessons from the time of the pandemic.

It analyzes the conjuncture of the dissemination of COVID 19, the impacts on the professional practice of the Physical Education teacher with the impossibility or the reduction of performance in closed and coexistence spaces such as gyms and collective means, and the urgent need to assimilate new public health protocols in the provision of quality of life, promotion of well-being and practices of education and development of systematic physical activities. It studies the possibilities of understanding the role of the Physical Education Professional in today's society, of marked economic and cultural globalization. It highlights the national guidelines for the training of Physical Education professionals in Brazil and the projects and contradictions that face in the proposal of this debate, on the one hand, the defense of an omnilateral and social concept of training and on the other, the reduction to technicist and neoliberal devices, focused on the needs imposed by the labor market. Critical-dialectical interpretation that points to possible overcoming and lessons in times of the pandemic for the Physical Education Professional.

Key words: Education, Physical Education, Training, COVID 19.

Introdução

A constatação sanitária da presença de um vírus denominado comumente como “novo Coronavírus”, em seres humanos, tornado pública em fevereiro e março de 2020, causou uma radical mudança no mundo contemporâneo, em todas as esferas da atuação social, econômica, política e cultural, além propriamente do vertiginoso *tsunami* que efetuou na área da Saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou, em Março

de 2020, o reconhecimento de uma *pandemia*, que é a determinação legal de um surto de contaminação viral de dimensões globais, internacionais, planetárias ou universais.

Se a economia é a base de compreensão das determinações das estruturas sociais e conseqüentemente, das condições sanitárias, podemos considerar que a globalização da economia, levada a cabo desde meados do século XX, reconhecera, neste ano, a derivada globalização de um letal vírus, causador da síndrome doença reconhecida como COVID 19. Em todos os países do mundo houve impactos de natureza estrutural, com a adoção de práticas de necessário confinamento, parcial ou total, das pessoas em suas casas, seguidas da suspensão das atividades de trabalho ou de seu redimensionamento físico-espacial, da suspensão dos aglomeramentos humanos, da decretação do fechamento das escolas e das universidades, da criação de hospitais de campanha, da adoção de protocolos de prevenção pessoal e grupal, com o uso universal recomendado de máscaras, de medições de temperatura, da retomada do hábito de lavar as mãos constantemente, do uso de luvas higiênicas, entre tantas outras medidas. A economia mundial sofreu um impacto intenso, ainda incomensurável, que se estenderá com complexos e múltiplos efeitos de toda sorte e natureza pelas próximas décadas.

No Brasil, este fenômeno social e sanitário foi agravado pela contradição e confusão política do momento histórico. O Ministério da Saúde, órgão responsável pela gestão do *sistema único de saúde* (SUS) e regulador das políticas públicas de saúde do país, acossado pela compreensão estreita do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, e de seu núcleo de poder, tiveram leituras estapafúrdias do fenômeno global, variando desde o desprezo pelas reais condições da pandemia e de seus possíveis efeitos, até a gestão atabalhoada marcada por precárias medidas, por ineficazes e ineficientes regulações no manejo das testagens, na gestão das unidades de saúde, na disposição de médicos e de especialistas em hospitais, na compra de respiradores e de material de prevenção, além da patente negação das práticas de uso de máscaras e de cuidados com a

exposição grupal e social. São páginas de patentes irresponsabilidades coletivas que causaram já mais de 200 mil mortes e quase 8 milhões de infecções no país. Os resultados dramáticos destas contradições serão sentidos em décadas vindouras.

Todas estas realidades foram acompanhadas por nós, na condição de cidadãos que partilham a mesma vida social e política, acrescida da condição especial de nossa atuação profissional. Como professores de Educação Física, como formadores de profissionais da Educação Física no Ensino Superior, tivemos uma especial condição para observar e para buscar aprender com a pandemia, avaliando seus impactos, seus possíveis efeitos e atuar identificando suas possíveis sequelas, no nosso campo de atuação formativa, profissional e social. A lição que nos referimos diz respeito à questão: como ficarão os espaços de atuação do Profissional de Educação Física no tempo que se estenderá pós-pandemia? Como serão organizadas as academias de Lutas, de Esportes, de Danças, de Ginástica ou de desenvolvimento e de treinamento físico, em suas diversas e múltiplas realidades? Como serão as atividades de Educação Física nas Escolas da Educação Básica? Foram nossas questões iniciais.

Dadas as premissas de que a maioria das atividades de desenvolvimento de práticas de Educação Física se dá pelas dimensões relacionais, isto é, em atividades de duas ou mais pessoas, em espaços coletivos ou grupais, em práticas corporais variadas de natureza esportivas, e destas práticas decorrem um singular enlaçamento de desenvolvimento humano em nível de relacionamentos e de treinamento especializado, que requerem o manejo de materiais, de equipamentos e de máquinas, e dependem do manejo de instrumentos de acesso comum, de manuseio compartilhado e coletivo, como se dará esta adaptação pós-pandemia? Estas seriam as questões norteadoras da presente reflexão, aqui relatados como pressuposições decorrentes de um estudo de natureza hermenêutica e social, tal como se dá com as pesquisas qualitativas, numa intencionalidade propositiva para a área e para o encaminhamento de possíveis correlações institucionais e epistemológicas.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativo-descritiva, com um aporte bibliográfico-hermenêutico de identidade histórico-crítica, que tem como intencionalidade destacar as possíveis lições ou aferir as silhuetas dos impactos da realidade da pandemia da COVID 19 no campo de formação, na área de atuação e nos espaços de atividades dos profissionais de Educação Física de nosso tempo e de nossa sociedade. Esperamos contribuir para uma leitura científica e histórica dos fenômenos que estamos vivendo, adotando igualmente uma compreensão racional para as medidas e para os possíveis encaminhamentos de potenciais superações do atual estado, sanitário e cultural, através de políticas públicas de saúde e de práticas grupais e coletivas de responsabilidade comum, criteriosamente esclarecidas e decididamente compromissadas com o bem-estar e a sobrevivência de todos.

Cumpramos destacar, em primeira dimensão, que não consideramos que a pandemia seja um fenômeno internacional *transitório*, de modo que pudesse ser interpretado como um acontecimento acidental que, superadas as suas locais e globais impactações, pudéssemos imaginar que “voltaríamos” ao mesmo ponto e ao mesmo tempo das relações – econômicas, sociais, familiares e sanitárias – de antes da eclosão viral letal e de suas consequências. Não há voltas na história, as contradições caminham sempre em dialética tensão, para frente, como acentuam as filosofias da história.

Em segundo lugar destacaríamos que as possíveis seguranças de uma necessária e já encaminhada vacina contra o Coronavírus serão sempre uma grande notícia, um alento, e haverão de determinar protocolos de imunização de massa, de dimensões igualmente globais, processos estes que dependerão de sincronização orgânica nas políticas públicas de saúde de todos os países do mundo, alinhados criteriosamente no combate a todas as causalidades materiais que deram origem ao vírus pandêmico e sua disseminação, de um lado, e de outro sedimentar uma leitura científica que pudesse igualmente superar as mediocridades que foram politicamente apresentadas em etapas preliminares deste momento histórico, em diversos

espaços sociais e culturais. A bem vinda *vacina*, a ser universalizada em medidas ágeis e adequadas, depois de seguramente homologada, deverá ser um dos protocolos de saúde coletiva, juntamente com medidas de uso de máscaras e de asseio das mãos, por longo tempo, se não fora o caso de serem assumidas como práticas de convivência social definitivas em nosso convívio comum.

Mais do que buscar “adivinhar” como serão as relações, laborais, formativas e profissionais, do Profissional de Educação Física, após a pandemia, buscaremos acentuar algumas conquistas institucionais e curriculares recentes, no campo de definição do perfil do profissional em questão. Buscaremos acentuar algumas das tais diretrizes - institucionais, jurídicas, curriculares - que regem este campo formativo e analisar suas possíveis articulações com o fenômeno social da pandemia e suas consequências.

Trata-se de um importante momento histórico para superar as clivagens e as contradições que historicamente pesam sobre nossa identidade, pendularmente suspensa entre as Ciências Biológicas e sua correlação com as Ciências da Saúde, ou com a atuação educacional escolar própria das Licenciaturas e dos reduzidos espaços institucionais de atuação profissional educacional do *professor* de Educação Física.

1. A origem da questão: os projetos sociais e os processos formativos.

Buscaremos acentuar algumas das conquistas identitárias recentes, homologadas nos documentos referenciais de formação da área de Educação Física no Brasil, como base de contextualização de perfis contraditórios que ainda prevalecem em nosso campo social, em nosso espaço formativo e se materializam nos documentos institucionais e curriculares atuais. Destacamos, em primeiro lugar, a necessidade da **definição epistemológica e política** da área de conhecimento e de atuação profissional de natureza pluralista e aberta, envolvendo TODAS as históricas dimensões e conceituadas defesas de identidade desse campo:

Art. 3º. A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação a motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer. (BRASIL, 2018, p. 01)

Na mesma linha, buscaremos ratificar a **determinação institucional e pedagógica** dos Cursos de Educação Física, de modo a não cair nos extremismos epistemológicos nem igualmente reduzir a compreensão a posições contrapostas que não acrescentam densidade ao campo, já tão duramente reconhecido, como se vê:

Art. 5º Dada a necessária articulação entre conhecimentos, habilidades, sensibilidade e atitudes requerida do egresso para o futuro exercício profissional, a formação do graduado em Educação Física terá ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura, e desdobrar-se-á em duas etapas, conforme descrição a seguir: I - Etapa Comum - Núcleo de estudos da formação geral, identificador da área de Educação Física, a ser desenvolvido em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, comum a ambas as formações. II - Etapa Específica - Formação específica a ser desenvolvida em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, na qual os graduandos terão acesso a conhecimentos específicos das opções em bacharelado ou licenciatura. § 1º No início do 4º (quarto) semestre, a Instituição de Educação Superior deverá realizar uma consulta oficial, por escrito, a todos os graduandos a respeito da escolha da formação que pretendem seguir na Etapa Específica - bacharelado ou licenciatura - com vistas à obtenção do respectivo

diploma, ou, ao final do 4º (quarto) semestre, definir sua escolha mediante critérios pré-estabelecidos; § 2º A formação para intervenção profissional à pessoa com deficiência deve ser contemplada nas duas etapas e nas formações tanto do bacharelado, quanto da licenciatura. § 3º A integração entre as áreas específicas dependerá de procedimento próprio e da organização curricular institucional de cada IES, sendo vedada a eliminação de temas ou conteúdos relativos a cada uma das áreas específicas indicadas. (BRASIL, 2018, p.1-2)

Percebe-se, aqui, a incorporação de demandas e de bandeiras históricas dos profissionais e dos pesquisadores da Educação Física, sobrepondo a formação “**generalista, humanista e crítica**” à compreensão de uma estreita competência técnica, tal como expressavam documentos tecnicistas das décadas anteriores, sobretudo acentuada nos documentos de inspiração neoliberal. Acentua a formação ética e a atuação na **realidade social**, mais do que a inspiração laboral ou a estreita atuação no mercado. Afirma a disposição de formar e de elevar as pessoas *culturalmente*, trata-se de uma inovadora e exigente indicação ética, estética e política, para a formação em Educação Física.

Ao investigar e intencionalmente buscar resgatar as premissas que sustentam hoje a formação do profissional de Educação Física estamos pensando sobre nossas escolhas e buscando reconhecer as possibilidades de atuação na sociedade em que vivemos e pretendemos exercer nossa profissão. Neste momento tenso da pandemia, buscar analisar as diretrizes atuais da formação desse profissional significa buscar entender as ferramentas e as intenções que estão por trás de nosso processo de formação, quais são as indicações e as potencialidades que nos ajudarão a exercer com qualidade a função social e profissional que pretendemos ser e sobre as quais desejamos atuar.

Tais questões, que hoje a pandemia faz emergir, sempre estiveram presentes em nossa jornada de formação, notadamente nesses anos

recentes. Podemos observar a realidade da atuação do professor de Educação Física, particularmente na realidade da escola pública, que é o modelo hegemônico na sociedade brasileira atual, com algumas raras condições ideais em escolas particulares. A dimensão educacional e escolar da atuação do professor de Educação Física já congrega um significativo número de pesquisadores e outro qualitativo acervo de estudos. As mudanças operadas no mundo da política, nesta década de contradições, respingaram fortemente na área da Educação Física, restringindo sua atuação na Educação Básica, como se reconhece na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e na Reforma do Ensino Médio (BNCC, 2018). São campos que se abrem à pesquisa e à interpretação crítica para a área.

As diretrizes atuais buscam supostamente resolver essa dualidade na formação do profissional de Educação Física: uma formação unitária, nuclear, exigindo uma complementação do candidato a professor de Educação Física, que deverá apropriar-se das disciplinas e das atividades de natureza *pedagógica*, indicadas a partir da promulgação das atuais e recentes Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (DCNGEB, 2013). No voto do relator, que antecede a Resolução, há uma observação que pretende esclarecer esse dualismo, que tanto preocupou o campo de formação em Educação Física:

O Parecer CNE/CES no 58/2004 e a Resolução CNE/CES no 7/2004, alterada pela Resolução CNE/CES nº 7/2007, indicam sem margem de dúvida a sua abrangência relativa à formação de bacharéis e licenciados em Educação Física. De outra forma, os cursos de graduação referidos nestes documentos abrangem as duas únicas possibilidades de formação possíveis em Educação Física, a licenciatura e o bacharelado, **não havendo uma terceira alternativa**. Ambos os títulos (Bacharel ou Licenciado) requerem uma formação acadêmica com conteúdo comum referente ao campo da Educação Física. O comando curricular é único e indissociável. A única

diferença está no fato de que a formação dos Licenciados em Educação Física, além de atender à Resolução CNE/CES nº 7/2004, deve também atender ao disposto na Resolução CNE/CP nº 1/2002, *que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena.* (BRASIL, 2011, p. 03)

Ressalta que o *comando curricular* para as duas modalidades de formação é único e indissociável, não havendo mais margem para dúvidas. Exclui as reconhecidas dualidades ou imputadas ambiguidades. O bacharel e o professor de Educação Física haveriam de partir da mesma formação basilar, tida como etapa comum nos 02 primeiros anos da graduação. Para esse segundo sujeito suplementa-se a formação com especificidades da Educação Básica, mas não se diferem na formação nuclear, não há uma diferença de formação, acadêmica e curricular.

Decorre então a terceira lição: a exigência de um atualizado projeto pedagógico dos Cursos de Formação em Educação Física. Esse tópico é amplo e bem desenvolvido na Resolução de 2011: todas as projeções, habilidades, competências e disposições, de toda sorte e natureza, cultural, ética, técnica, política e profissional, para ficar nas principais, identificadas no perfil do profissional de Educação Física, deverão ser explicitadas amiúde no Projeto Pedagógico ou no Projeto Político-Pedagógico de cada unidade de ensino e de formação superior na área. Essa medida amplia as exigências das diretrizes anteriores que nucleavam a formação nos Planos de Desenvolvimento Institucionais das IES. O carro-chefe agora passa a ser o projeto pedagógico do curso, a estabelecer o perfil do egresso e a identidade do profissional formado.

Decorrente desta lição surge a importante consideração da indissociabilidade entre Teoria e Prática do processo de formação. Trata-se de mais um tópico inovador dessas diretrizes, assim como sua permanente interlocução com a sociedade ou sua inestimável identidade de responsabilidades sociais e culturais. Mesmo na indicação da formação

desse profissional há a exigência de articulação *teoria e prática* desde o primeiro ano de curso, de modo a reconhecer essa dimensão da área, e não continuar a supor que primeiramente se tem a *teoria* e, depois, supostamente se aplicaria tais conhecimentos na *prática*, numa versão etapista e justaposta, já superada no debate epistemológico avançado nesta área de conhecimento e de formação. Ressalte-se que os projetos pedagógicos e as diretrizes de cada curso deverão ser **avaliados** pelos critérios do SINAES (Sistema Nacional de Ensino Superior), essa indicação integra a formação em Educação Física ao Sistema Nacional de Educação.

É possível reconhecer a dualidade quando nos referimos ao trabalho numa Academia, o que configura uma possibilidade de experiência de estágio supervisionado curricular no processo formativo, mas trata-se de uma exigência epistemológica a premissa de reconhecer a integralidade desta formação. Vicejam muitas propostas de uma atuação da Educação Física voltada mais para o mundo empresarial que, com o passar do tempo, foi evidenciando um conflito entre o aprendizado na Faculdade e as questões do capitalismo e do mercado de trabalho no qual todos os profissionais deverão atuar ao finalizar o processo de formação.

Neste quadro, algumas questões emergem, trazendo consigo a necessidade de buscar elementos teóricos e históricos que nos ajudem a esclarecer as contradições detectadas. Ao perceber o envolvimento que é possível destacar no discurso do sistema econômico dominante, quase que incapaz de nos deixar margem de negação ou de crítica, acabamos por apresentar outras valiosas lições, nos limites dos espaços e das condições sociais objetivas: sugerir propostas socialmente mais justas, para o campo da atuação do profissional de Educação Física. Entendemos que esta também pode ser a ação política de superação das condições históricas e políticas que levaram ao surgimento do Coronavírus e da própria pandemia.

Podemos apresentar as possibilidades de ampliar o alcance da nossa formação universitária, considerada privilegiada, humanista e global, com

a dimensão da autonomia e da crítica à nossa inserção no mundo laboral. Mesmo agora, com as relações pós-pandemia, todos os profissionais que atuam nas Academias deverão de necessitar compreender práticas coletivas de responsabilidades preventivas, sanitárias e sociais, como parte de sua atuação. A mais recente normativa que dispõe sobre a atuação profissional foi publicada no Diário Oficial da União, no final de agosto de 2020. O texto reconhece que o profissional de educação física possui competência técnica para intervir em contextos hospitalares:

Art. 1º - Definir a atuação do Profissional de Educação Física em contextos hospitalares. Art. 2º - Reconhecer que o Profissional de Educação Física possui formação para intervir em contextos hospitalares, em níveis de atenção primária, secundária e/ou terciária em saúde, dentro da estrutura hierarquizada preconizada pelo Ministério da Saúde e considerando o SUS. Parágrafo único - A formação profissional exigida para intervir em contextos hospitalares é a de Profissional de Educação Física com formação em Bacharelado e/ou Licenciatura/Bacharelado, conforme consta no seu documento de registro profissional e na sua Cédula de Identidade Profissional. Art. 3º - Reafirmar que é prerrogativa do Profissional de Educação Física no contexto da área hospitalar: coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, nas áreas de atividades físicas e do exercício físico, destinados a promoção, prevenção, proteção, educação, intervenção, recuperação, reabilitação, tratamento e cuidados paliativos da saúde física e mental, na área específica ou de forma multiprofissional e/ou interdisciplinar. (BRASIL, 2020, Seção: 1, p. 400).

Assim, nessa busca de respostas aos presentes anseios, partimos das seguintes questões mais gerais, consignadas no questionamento basilar: qual o modelo de sociedade que determina a formação do profissional de Educação Física e como este percurso formativo se dá atualmente? Qual é o estatuto epistemológico das chamadas ciências do corpo, da atividade física, do lazer e da motricidade humana? Qual seria a sua identidade e a necessária nucleação formativa, no tempo pós-pandemia, à qual função e necessidade social sua profissão responderia? Em que medida as atuais diretrizes vigentes dão condições de formar um “profissional” capaz de refletir melhor sobre as relações dialéticas entre a sociedade e sua atuação? Qual a concepção de Educação e de Profissão que embasa a formação do profissional de Educação Física de hoje?

2. A proposta de retomada do debate sobre a formação crítico-dialética na Educação Física.

Para além da insatisfação pessoal gerada a partir do conflito entre os fatos empíricos dados pela realidade social, esta proposta de reflexão pretende efetuar o tríplice movimento da dialética histórico-crítica, exercendo a *crítica* ao estabelecido, seguida da construção de um *conhecimento novo* e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação (FRIGOTTO, 1989). Sabemos que não há muitas referências sobre esse tema, em vista de sua recente disposição, mas esperamos poder contribuir para esclarecer e ampliar o espectro crítico desse momento histórico e de suas implicações na formação do profissional de Educação Física.

Os estudos sobre a formação dos profissionais de Educação Física têm emergido significativamente nos últimos 50 anos da história acadêmica brasileira. Ao longo do tempo, esta forma de sociabilidade humana, a *educação física* e suas múltiplas dimensões, ainda que acompanhada de confusões conceituais, sempre apareceu vinculada aos cursos superiores de Saúde, de Biologia, de Medicina, na forma de conteúdos ligados ao tema ou de disciplinas específicas dentro da grade curricular destes cursos.

Encontramos muitas indicações que buscam identificar o Profissional de Educação Física como um agente de Saúde, quando não como um promotor de atividades Esportivas e de Lazer. Temos a preocupação neste tempo pós-pandemia que esta dimensão seja acentuada. Não raro, o campo profissional criado a partir do lazer, também chamado de recreação, é veiculado com o rótulo de “a profissão do futuro”, justificado pela leitura equivocada do atual momento histórico da humanidade, a qual segue apontando o suposto surgimento da “sociedade do lazer”, trazendo consigo a necessidade da implantação e do desenvolvimento da “pedagogia do ócio” (DE MASI, 2000).

Essa indicação supunha que haveria um novo espaço estabelecido entre avanço tecnológico e o aumento do tempo livre, com consequente ampliação da possibilidade de vivência do lazer. Esta concepção coloca-se na atualidade marcadamente a partir da obra do sociólogo italiano Domenico DE MASI², porém, esta concepção já se apresenta desde a década de 1930, quando a industrialização firmava seus processos de automação gerando a ilusão da liberação do homem do “sofrimento” da vida centralizada no trabalho. Nesse campo atuaria o recém legitimado profissional de Educação Física. A pesquisa crítica sobre estas contradições já encontra-se plenamente reconhecida e densificada.

Tomando como meada a referência a esse campo de atuação do profissional, as atividades de lazer, vimos acentuar uma linha reflexiva de apologia a essa dimensão social e consequente identificação profissional da Educação Física. Assim como De Masi, foi o filósofo inglês Bertrand RUSSEL (2002) um dos autores que sugeriram, naquela ocasião, que o mundo seria “mais feliz” se o trabalho deixasse de ser a atividade mais valorizada pelo homem:

(...) Quero dizer, com toda a seriedade, que muitos malefícios estão sendo causados no mundo moderno pela crença na virtude do trabalho, e pela convicção que o

² Trata-se de um autor original e inspirador dos estudos sobre o lazer. Os principais títulos deste autor sobre a caracterização da sociedade pós-industrial são “Desenvolvimento sem trabalho” (1999), “O ócio criativo” (2000) e “O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial” (2000).

caminho da felicidade e da prosperidade está na redução organizada do trabalho”. (RUSSEL, B. 2003, p. 25)

Outro autor considerado “clássico” dentro da produção teórica que já anunciou a *sociedade do lazer* foi Johan HUIZINGA (1971), sugerindo a superação do “homo-faber” pelo “homo-ludens”. Parecia que a sociedade do trabalho entrava numa outra etapa e que o alvissareiro campo de ação no lazer e da recreação, público e particular, acolheria a Educação Física e suas especificidades. Igualmente encontramos criteriosa literatura crítica sobre estas construções identitárias.

Para a realidade social brasileira, na qual a ausência da possibilidade do trabalho significa muito mais o resultado das consequências sociais sem precedentes provenientes do salto da economia mundial capitalista, discutidas por Eric HOBBSBAWM (1995), muito mais do que propriamente o aumento do tempo livre, fica evidente a pouca eficácia da *pedagogia do ócio*, prevista para sustentar a atuação profissional da educação física e de seus formandos.

Esta leitura das condições materiais concretas de nosso momento atual torna questionável a ideia do profissional de educação física como um agente e promotor do lazer, enquanto profissão do futuro, principalmente se o seu entendimento ficar restrito àquela dimensão que o coloca enquanto uma das engrenagens que mantém a ciranda econômica estável, na perspectiva do consumo. Nesse caso, qualquer mudança na configuração da economia influenciará diretamente na “necessidade ou não” dos profissionais de educação física habilitados a exercer a dimensão de preparadores e de formadores das atividades de lazer que, ao receberem formação profissional fragmentada, não reuniriam as condições de resistir às chamadas “variações do mercado de trabalho”.

Essa vinculação da atuação e da identidade do Profissional de Educação Física articulada à dimensão do Lazer já foi relativamente estudada em nossa tradição recente de pesquisas. Encontramos a obra de Fernando MASCARENHAS (2000), de Luciana MARCASSA, (2012), e nelas aprendemos que o lazer, enquanto campo acadêmico, tanto nas

intervenções quanto na produção de conhecimento, sempre esteve atrelado às relações de poder e à instrumentalização do tempo livre. Em um resgate histórico desta trajetória, estes autores levantam que as primeiras e poucas publicações brasileiras dirigidas ao lazer datam de 1930 e que, nesta mesma época, constata-se a abordagem de conteúdos ligados ao lazer nos currículos de formação do profissional de Educação Física. Surgem aliados ao projeto de disciplinarização dos corpos, pautado em princípios de higiene e da eugenia nacional, com vistas a uma nova ordem moral e cívica e à preparação da força de trabalho para a sociedade urbano-industrial que ora se estabelecia.

Dessa forma, esta articulação entre *saúde e lazer* segue até a década de 1970, quando então deixa de ser entendido apenas como oportunidade de descanso e de entretenimento e passa a vigorar como espaço de consumo e como dispositivo ou como variante instrumento veiculador de normas e de valores consoantes com os interesses econômicos da racionalidade produtiva. Assim, estabelece-se uma política específica para o setor, associa-se uma ideia valorativa sobre a ociosidade e o lazer passa a figurar enquanto uma espécie de *direito social* a ser assegurado pelo Estado. Neste intuito, o Serviço Social do Comércio (SESC), já desde suas origens, atuara paradigmaticamente na construção e na consolidação do lazer enquanto um campo de conhecimento, a partir dos trabalhos do sociólogo francês Joffre Dumazedier (1915-2002), primeiro pesquisador a se tornar referência para as produções seguintes.

Essa temática e esta premissa de centralidade na formação chega à década de 1980, quando se constata uma nova tendência nas discussões pertinentes ao campo do lazer, destacando-se, no Brasil, o pensamento de Nelson Carvalho MARCELLINO³. Nesta época, as discussões sobre lazer extrapolariam os muros do SESC e acabariam por firmar-se, tanto na Universidade quanto em fóruns especializados de discussão coletiva ou corporativa, como o Encontro Nacional de Recreação e Lazer e o

³ Trata-se de um autor de referência no campo de estudos do Lazer e Formação. Os principais livros “Lazer e educação” (1990), “Pedagogia da animação” (1990), “Lazer e humanização” (1995) e “Estudos do lazer – uma introdução” (1996).

Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, que se revertem em sucessivas edições e estimulam aguçados debates.

No entanto, o mesmo autor que destacamos nesse resgate de literatura temática, MASCARENHAS (2000), juntamente com outros autores, destaca que o atual momento histórico da formação do profissional de Educação Física relacionado às atividades de lazer denota tanto uma estagnação em torno de um dito pensamento único, quanto expressa a falta de articulação entre a concepção de intervenção e de conhecimento. É a partir deste panorama que o autor se propôs a apresentar novos elementos para as discussões sobre a relação lazer e trabalho, no intuito de um salto qualitativo para a área. Assim, há que se descolar da concepção que nega a centralidade do trabalho sobre as outras formas de sociabilidade humana, defendendo que o que se observa hoje, no que tange ao aumento do tempo livre, a partir da redução da jornada de trabalho, relaciona-se com o crescimento contingencial do desemprego ou resulta da orgânica redução e precarização do trabalho.

Seus estudos e argumentos apontam que, no âmbito das discussões sobre a relação da formação da Educação Física e Lazer, a questão do tempo já vem sendo analisada, mas, frente à nova configuração social, carece de um melhor entendimento. Segundo o autor, a ideia do *tempo livre* entendido enquanto tempo conquistado não é uma novidade e, guardadas as diferenças de concepção, esta questão, que acumulava debates e contraposições por muitos autores, dentre eles Antônio Carlos BRAMANTE (1998/1999), Nelson Carvalho MARCELLINO (1982) e o próprio Joffre DUMAZEDIER (1973/1979/1980/1995). Encontramos criteriosos estudos e consequentes proposições nesta senda política e nesta trilha investigativa.

Na revisão da literatura por esse afluyente, vimos que a produção de Nelson Carvalho MARCELLINO, iniciada na década de 1980, foi um “divisor de águas” no campo acadêmico dos estudos que relacionavam a identidade inovadora do profissional de Educação Física com o campo do Lazer. Este criativo autor tornou-se um dos teóricos que mais influenciou a

produção de outros autores, contribuindo sobremaneira para o crescimento dos estudos do lazer. Porém, segundo MASCARENHAS (2000), alguns de seus conceitos, principalmente os que tangem a relação entre o *tempo livre* e o *tempo de trabalho*, sobretudo quando o autor estabelece suas idéias de um suposto “tempo disponível” e da variante conceitual de “tempo desocupado”, necessitam de revisão, diante da nova realidade política e econômica brasileira, como decorrente da nova ordem de produção mundial. Não obstante, é essa a produção teórica que segue embasando a formação de grande número dos chamados “animadores socioculturais” (os profissionais especialistas em lazer, de competência geral) para atuação no “mercado de trabalho”.

Nessa trilha de recuperação crítica, percebe-se que as relações entre lazer e trabalho são uma constante nas discussões acadêmicas que sustentam as tentativas de avanço na “epistemologia do lazer”. Sempre em oposição ao trabalho, o lazer emerge ora como sua negação, ora como válvula de escape das tensões geradas pela disputa de poder entre as classes sociais, ou ainda como suposto fator recuperador da força de trabalho da mão-de-obra ativa que sustenta o sistema capitalista. Quantas dessas concepções ainda fazem parte das discussões propostas pelos professores em sala de aula nos cursos de formação dos profissionais de Educação Física? E, mesmo após a pandemia, quais são as possibilidades de revitalização de tais pressupostos e propostas?

É na obra de Karl MARX (2018) que se pode localizar uma concepção dialética para a articulação entre formação, profissão e trabalho, postos em relação constante, a partir do entendimento do conceito de natureza humana:

(...) Mas, igualmente, tanto o material do trabalho como o homem enquanto sujeito são, ao mesmo tempo, resultado e ponto de partida do movimento (e no fato de que têm de ser este ponto de partida reside justamente a necessidade histórica da propriedade privada). O caráter social é, pois, o caráter geral de todo o movimento; assim

como é a própria sociedade que produz o homem enquanto homem, assim também ela é produzida por ele. A atividade e o gozo também são sociais, tanto em seu modo de existência, como em seu conteúdo; atividade social e gozo social. A essência humana da natureza não existe senão para o homem social, pois apenas assim existe para ele como vínculo com o homem, como modo de existência sua para o outro e modo de existência do outro para ele, como elemento vital da efetividade humana; só assim existe como fundamento de seu próprio modo de existência humano. Só então se converte para ele seu modo de existência natural em seu modo de existência humano, e a natureza torna-se para ele o homem. A sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo acabado do homem e o humanismo acabado da natureza”. (MARX, K, 2018, p. 19)

Segundo NUNES e GAMBOA (1998), o campo da Educação submete-se ao “colonialismo epistemológico” das matrizes teórico-metodológicas ora das ciências humanas, ora das ciências naturais, postas como as bases responsáveis por conferir uma determinada concepção de cientificidade às produções da área. Essa situação repete-se na Educação Física e em todos os trabalhos sobre lazer produzidos do ponto no qual ambos se relacionam na Academia. É preciso concordar com esses autores quando consideram “(...) a contribuição da dialética essencial para a formação de novos campos epistemológicos que redefinem o estatuto das ciências da Educação como ciências da ação”. (p. 97)

O caráter propositivo desta reflexão tem o intuito de possibilitar a ampliação do conhecimento sobre o profissional de Educação Física e de sua formação, à medida que a reflexão de natureza crítica, como ressalta NUNES (1987) é o processo dinâmico de apreensão da significação histórica da realidade do homem. Para este autor,

“(…) Ao introduzir-se na apreensão sistemática da cultura, a reflexão quer dar ao homem uma consciência crítica de seu tempo e uma responsabilidade pessoal e social. Esta postura crítica é uma abertura segura que suspende qualquer dogmatismo. Compreender a realidade como dialética, como correlação de forças conservadoras e de transformação, em todos os níveis e estruturas, mentais, sociais, econômicas e morais... eis uma apreensão crítica da realidade proposta pela Filosofia”. (NUNES, 1987, p. 101)

Entendemos que uma reflexão sobre este tema, com vistas a uma análise histórico-crítica da potencialidade das novas diretrizes, na mesma medida em que pode colaborar com o rompimento das formas reducionistas, partindo de visões funcionalistas, que o colocam como a base da função do profissional como estreitamente operacional, conseguiremos avançar.

Para muitos teóricos da Educação Física, tal como definem as diretrizes vigentes, esta área do conhecimento e da ação humana não se resume a um treinamento sensório-motor nem tampouco se reduz a um condicionamento muscular-corporal. SERGIO, M (1989) afirma ser a Educação Física uma distinção da condição humana, o “*movimento ou motricidade iluminada pela necessidade e pela intencionalidade e vontade humana*”, isto é, a capacidade humana de ser, de agir e de interagir com o mundo das coisas, o mundo físico, e o mundo do homem, a parte do mundo considerada como *cultura* e como a produção da civilização humana. A motricidade humana é a categoria de base para a compreensão dessa forma de entender a Educação Física. (SERGIO, M, 1989). Parece-nos que essa ideia está presente nas diretrizes. Reconhecemos que a inspiração fenomenológico-hermenêutica sustenta estas categorias analíticas e propositivas.

Nossa consideração, nesse momento de vivência pandêmica e igualmente como formadores, é que a (Educação Física) EF deve buscar a singular condição do movimento e da consciência corporal do homem, do

ser humano, articulando esta dinâmica com a ontologia do ser social, o trabalho como princípio ontológico e a prática social como sua efetiva materialidade. Não se trata aqui de uma longa discussão, em vista da natureza do presente texto, produzido no frígido de uma pandemia, mas acreditamos ser importante marcar nossa compreensão da educação física. Kolyniak Filho (FILHO, 1996) assim pronuncia a abertura de um importante texto e reflexão:

O organismo humano, como o de outras espécies animais, apresenta propriedades motoras características. Essas propriedades decorrem da organização biológica e são desenvolvidas através de seu exercício na relação com o meio ambiente, relação essa mediada pela cultura. Pode-se afirmar que o movimento corporal propicia a sobrevivência do organismo, ao mesmo tempo em que se constitui na própria expressão da vida. (FILHO, 1996, p. 11)

Essa dimensão de que a educação física não se reduz a um tipo de treinamento físico ou motor, embora possa passar por essa dimensão, mas se realiza como plenitude da identidade humana, histórica e socialmente produzida, é nossa maior premissa. Compreender a condição física e corporal do ser humano, estudá-la e aperfeiçoá-la é uma necessidade de sentido da vida e não uma dimensão secundária.

A questão da interdisciplinaridade desta formação está posta nas diretrizes atuais que pautam nossa área. Depois de um século de hegemonia da concepção de especialidades, de fragmentação da condição e das dimensões humanas, parece surgir no universo das ciências atuais uma busca pela recuperação da totalidade do fenômeno humano, da compreensão do mundo físico e do mundo da cultura. Sobre essa dinâmica nas sociedades modernas Gadamer (GADAMER, 1977) afirma:

(...) à grande maioria dos membros da sociedade, que ingressaram na estrutura profissional, são transmitidos

apenas aqueles elementos de conhecimentos especializados que são relevantes para o cumprimento de funções em contextos de ações claramente determinadas (GADAMER, 1977: p. 142).

Este autor parece apontar que ao mundo das especialidades correspondia certa forma de enquadrar todos em funções e atividades controladas e previamente definidas. Sobre o mundo atual e a nova possibilidade de ciência e atividade humana esse autor afirma ainda: “*Sem uma nova humanização da estrutura social, sem uma nova orientação de suas concepções (...) a sociedade moderna não sobreviverá por muitas gerações.*” (GADAMER, 1977, p. 153).

Entendemos que essa mudança dependerá em grande parte de um novo paradigma, de uma nova concepção de corpo, de sociedade e propriamente da própria condição humana. Mas, embora busquemos essa nova forma de compreender o homem e de considerar sua dimensão histórica, política e subjetiva, de maneira original e autônoma, as estruturas da sociedade em que vivemos apontam para outras contradições. Vejamos o que nos esclarece Pelegrin (PELEGRIN, 2007):

A concepção que buscamos defender como contraponto necessário à hegemonia da *semicultura* baseia-se na necessidade imperativa da *emancipação humana* e na possibilidade de construção de uma cultura *omnilateral*. (PELEGRIN: 2007, p. 54).

Esta tarefa parece ser a superação possível de uma compreensão de corpo e de sua identidade, de exercícios físicos e de cuidados corporais para além do modismo estreito e da fragmentação de especialidades, e se possa entender a busca de integração entre os movimentos e faculdades corporais, consoantes com as dimensões de totalidade e de globalidade. Explicitar as indicações e recuperar os pressupostos políticos e éticos que estão a fundamentar as novas diretrizes de formação do profissional de

Educação Física pode ser um bom momento para articular essas possibilidades.

Considerações Finais.

Nosso propósito, nos delineamentos do presente artigo, direcionava-se na intencionalidade de compreender os impactos da pandemia da COVID 19 na atuação do Profissional de Educação Física. Não é necessário lembrar que nossa proposição, longe de ser uma sondagem comportamental, a ser aferida por mediações estatísticas e procedimentos de coleta empírica de dados, avança para outra direção: a natureza epistemológica e política da identidade do profissional de Educação Física e de suas contradições formativas atuais. Estas são as articulações que logramos comprovar entre as disposições dos questionamentos propositivos iniciais e as considerações finais mais relevantes que consideramos decorrentes do embate histórico e interpretativo que empreendemos.

Iniciamos pela contextualização das diferentes plataformas de formação que historicamente pautam as políticas públicas formativas nesta área, com a recuperação da crítica das identidades postizas do Profissional de Educação Física como mediador de atividades estritamente corporais e biológicas, como treinador de potencialidades esportivas ou como especializado adestrador de corpos dóceis e submetidos aos deslindes do consumo e da cultura de massa atuais. Efetuamos questionamentos às diretrizes sustentadas sobre as concepções de motricidade e de animação cultural, de especificidade do lazer e de suposta ocupação social da aventada ociosidade criativa. Estas premissas não ofereceriam uma nova identidade à atuação do profissional de Educação Física, nem na pandemia, nem na sociedade pós-pandemia, da mesma forma que não eram politicamente suficientes, para a causa da emancipação, na realidade da sociedade pré-pandemia.

A situação conjuntural é exigente e desafiadora. Vivemos um momento que marcará nossa sociedade e que deverá alterar nossas

condutas sociais e familiares. A pandemia da COVID 19 instaurou um questionamento nuclear no modelo de civilização e de sociedade que se estendeu desde a Revolução Industrial até os nossos dias. A industrialização e a urbanização aceleradas, desde o século XIX, cumulativamente consideradas, o manejo desenfreado dos recursos naturais, a produção em série de bilhões de bens e de mercadorias de consumo e de descarte, a vertiginosa revolução digital e o amplo desenvolvimento dos meios de transporte e de distribuição de mercadorias acabou por deixar um legado de flagrantes desigualdades sociais na apropriação dos bens socialmente produzidos, nas condições de habitação e de acesso aos bens culturais e às condições de trabalho e de convivência igualitária. Tudo isso levou à disseminação do vírus chamado novo Coronavírus e desencadeou a pandemia. A pandemia é filha da mercadoria. Somente a superação da causalidade histórica de um ciclo de desenvolvimento das forças do capital levará a uma sociedade, decorrente de uma nova economia, pós e supra-pandemia.

Estamos ainda isolados, em um confinamento discricionário, e vimos os índices de mortalidade da COVID 19 erguerem-se sem tréguas. As políticas de saúde manejadas pelas autoridades foram insuficientes para gerar uma crença num horizonte de segurança sanitária e social. Práticas cuidadosas e outras atitudes grupais e coletivas de desregramento e de irresponsabilidades comportamentais se alternam nos noticiários. Assistimos a este momento com a especificidade de nossos questionamentos: como ficará a atuação do Profissional de Educação Física? Quais serão os protocolos basilares de nossa atuação em atividades de treinamento, de cultura corporal e de esportes, em práticas de formação e de desenvolvimento profissional? Estas questões inspiraram nosso questionamento inicial. Buscamos responder a estas questões com a investigação de natureza histórica, com a criteriosa crítica política e epistemológica de nosso campo e de nossas categorias ontológicas sociais.

A trajetória que empreendemos no presente artigo consistiu em defender a formação do Profissional de Educação Física numa dimensão

dialética e *omnilateral*. Significa reunir as práticas de mergulho profundo nas pluralistas ciências humanas e sociais, ao mesmo tempo em que desenvolve as apropriações dos conhecimentos sobre a motricidade humana, a cultura do movimento, a concepção de trabalho social como ontologia da corporeidade histórica e subjetiva, e de suas potencialidades. Entendemos que a atual pandemia efetiva um xeque-mate sobre os projetos de sociedade e, conseqüentemente, sobre os projetos de percursos formativos e sobre a projetada identidade social e profissional da Educação Física. Se não conseguirmos compreender que as formações de natureza estigmatizadas e reducionistas, contrapostas ou assintóticas, não oferecem condições de superação das diferenças estruturais, não avançaremos. Trata-se de imperiosa necessidade a revisão das diretrizes curriculares atuais e a investigação do alcance de suas premissas epistemológicas e políticas.

O Profissional de Educação Física que deverá sair desta pandemia deverá ser alguém que compreende a dialética e a ontologia da produção social da condição humana, na qual as dimensões de sua intervenção estão inseridas. As novas e exigentes prerrogativas da atuação da Educação Física dependerão das lutas e dos movimentos sociais que se empreenderem na direção da superação das condições sociais e estruturais que deram origem ao vírus e à sua consequência social letal na pandemia. Haveremos de agir sobre as causas do mundo contraditório do capital, que se estabeleceu nesses anos de metabolismo de seu modo de produzir e de concentrar. Somente a superação do modo de produção do capital ensejará uma nova ordenação econômica e social.

Conseqüente a este raciocínio, somente com a superação da forma de organização material e ideológica do mundo do capital haverá possibilidades históricas e políticas de se constituir uma nova identidade do Profissional de Educação Física, voltado para a compreensão da historicidade e da dimensão política do agir humano, do trabalho coletivo e das conseqüências universais de suas formas produtivas e reprodutivas. O

profissional e Educação Física que almejamos formar nascerá da sociedade que alterará as atuais disposições econômicas e materiais.

O profissional e Educação Física que projetamos para a superação da pandemia será um protagonista de um novo Humanismo, pautando a humanização e a emancipação como suas categorias estruturais e adotando as metodologias coletivas de atuação social e identitária. Uma nova prática, pós-pandemia, para a atuação do Profissional de Educação Física exigirá o delineamento de um perfil emancipatório e socialmente qualitativo para este intelectual orgânico, nos tempos que virão. Esta tarefa cabe à sociedade que emergirá destas contradições estruturais, através dos movimentos sociais, políticos e institucionais de vanguarda.

Referências.

BRASIL. **A Base Nacional Curricular Comum – BNCC** – Brasília: Imprensa Oficial, 2017.

_____. **Diretrizes Curriculares da Formação Superior em Educação Física**. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 4 ed., Campinas: Papirus, 1994.

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Esfera, 1999.

_____. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

_____. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: Olympio; Brasília: Editora da UnB, 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1994.

_____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **Questionamento teórico do lazer.** Porto Alegre: CELAR, 1995.

_____. **Sociologia empírica do lazer.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Valores e conteúdos culturais do lazer.** São Paulo: SESC, 1980.

FILHO, Carol kolyniak **Educação Física: Uma introdução,** São Paulo: Educ, 1996.

FREIRE, Paulo **Pedagogia do Oprimido,** 30ª Edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 3 ed., São Paulo: Cortez, 1999.

GADAMER, H.; VOGLER, P. **Nova Antropologia,** São Paulo: E. P. U - EDUSP, 1977.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura.** São Paulo: Perspectiva, 1971.

HUNGARO, Marcelo e SOUZA, Wilson **Cultura, educação, lazer e esporte,** Santo André: Alpharrabio, 2008.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução.** Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. **Lazer e educação.** 2 ed., Campinas: Papirus, 1990.

_____. **Lazer e humanização.** Campinas: Papirus, 1983.

_____. **Pedagogia da Animação.** Campinas: Papirus, 1990.

MASCARENHAS, Fernando. **Ensaio sobre a anatomia do lazer: do mercolazer à lazerania.** Tese de Doutorado, FEF/UNICAMP, 2006.

- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- NUNES, César A. **O pedotribo e a educação física: o pecado original e algumas considerações impertinentes**. Revista de Filosofia, Grupo PAIDEIA, FE/UNICAMP. Vol. 3, nº 1, p. 35-58, Campinas, 2008.
- NUNES, Cesar & GAMBOA, Silvio. **Filosofia, Dialética e Educação**. Revista de Educação. Pirassununga, 1998.
- OGLE, Margherite **A Brief Biography of Joseph Pilates**, Annapolis, USA, Medical Review Board, 2012.
- PELEGRIN, Ana. **Filosofia, Estética e Educação: a dança como construção social e prática educativa**. Tese de Doutorado FE/UNICAMP, Campinas, 2007.
- SABA, Fabio **Aderência – A prática do exercício físico em academias**, São Paulo: Manole, 2001.
- SÉRGIO, M. **Educação Física ou ciência da motricidade humana?** Campinas: Papyrus, 1989.
- RUSSEL, Bertrand. **Elogio do Lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

Submetido em: 16/11/2020

Aceito em: 29/01/2021

Publicado em: 02/02/2021